

A FALTA DA LITERATURA

Rosana Cristina Zanelatto Santos – UFMS¹

Resumo: Neste ensaio demonstramos que planejar significa, também, transformar formas de pensar e de agir em sociedade, neste caso, tendo por objetivo refletir sobre a importância da disciplina teoria da literatura nas Letras. Para tanto, fazemos uso de algumas categorias emprestadas à obra de Freud – mal estar –, à de Walter Benjamin – história, experiência e empobrecimento – e também à de Giorgio Agamben e sua visada benjaminiana do que seja o contemporâneo. A seu tempo, argumentamos em favor de uma certa posição analítica, baseada nas proposições de Wolfgang Kayser, sem, no entanto, optar por uma postura de incontestabilidade para com aquilo que está fora do eixo exclusivamente literário, tendo em vista que outros saberes podem e devem contribuir para a formação analítico-crítica de nós mesmos e dos leitores que pretendemos formar. Escolhemos, a título de exemplo de nossa hipótese, realizar um exercício de análise literária, trazendo à baila um poema de Mia Couto. Nessa análise, de base retórico-estruturalista, contribuem sobremaneira as miradas de Jean Cohen e de Heinrich Lausberg.

Palavras-Chave: Teoria da literatura; Experiência; Contemporâneo; Estruturalismo; Retórica.

INTRODUÇÃO

Algumas questões passaram, de algum tempo para cá, a nos inquietar e, por isso, orientaram a construção deste texto: por que a teoria da literatura faz falta? Por que a situação atual e as perspectivas presentes e futuras para os estudos literários não nos parecem benfazejas? É preciso mudar conceitos ou adequá-los às necessidades da(s) hora(s)? A literatura basta a si mesma ou compõe um sistema maior? Planejar é preciso? Sabemos que não basta denunciar um estado de coisas; é preciso atuar para que ocorram mudanças. Neste caso, nossa atuação se dá, timidamente, por via deste ensaio. Em tempo: não respondemos às perguntas como a um questionário; elas são o norte para o encadeamento de um processo crítico-compreensivo.

¹ UFMS/CCHS/PPGEL. PQ/CNPq. Campo Grande – MS – Brasil – 79.022-911. rzanel@terra.com.br.

PLANEJAR É PRECISO

Antes de iniciarmos a ministração de uma disciplina em qualquer nível de ensino, deparamo-nos com o planejamento das aulas. Muitos de nós nos indagamos: para que planejamento se já sei o que lecionar? Uma primeira resposta, em nível lato, é que ele serve como instrumento de transformação social e como forma de lapidar os riscos da improvisação e da fórmula “sempre mais do mesmo”. O planejamento não é uma tarefa específica de planejadores ou de pedagogos; não é tão somente uma teoria ou um método; ou, ainda, uma declaração de intenções. Ele é uma intervenção ideológica na realidade; é a possibilidade do enfrentamento de problemas reais; é um instrumento de gestão para o desenvolvimento com qualidade do ensino. Ele precede e preside as nossas ações em sala de aula e fora dela.

A expressão planejamento deriva de plano, que vem do latim *plānus –a –um*, “liso, sem dificuldade” (CUNHA, 2000, p. 612). Cunha também faz referência à plaina, também derivada do vocábulo latina supracitado: “instrumento usado pelos carpinteiros para alisar madeiras” (2000, p. 612). Apesar dessa base etimológica e do percurso metafórico indicado, sabemos que o planejamento não evita as arestas, porém oferece ferramentas para aplainá-las, contorná-las ou mesmo fazer perceber que algumas delas sempre estarão lá, cabendo ao planejador saber aproveitá-las em seu favor.

Considerando que o conceito de planejamento está bastante ligado à área das Ciências Contábeis, procuramos no *Dicionário de Contabilidade* o verbete “Planejamento Contábil”. Eis sua definição:

Previsão do funcionamento de uma Contadoria; previsão de fatos patrimoniais; previsão para a organização de trabalhos contábeis.

O planejamento contábil abrange as fases de:

1 – Coleta de dados para o Plano / 2 – Elaboração do Plano / 3 – Execução ou Implantação do Plano / 4 – Observação sistemática do Plano / 5 – Ajustes do Plano.

Para que sejam preenchidos todos os requisitos necessários a um bom planejamento, é imprescindível pleno conhecimento da ciência e da técnica contábil, e especialmente das ciências correlatas: Organização, Administração e Direito. (SÁ, 1994, p. 333).

Ao plasmarmos a definição de Antonio Lopes de Sá para o ensino, vislumbramos as condições para um bom planejamento: um trabalho de coleta de dados, de informações para aquilo que desejamos “aplainar”; a clareza de que quem planeja deve saber sobre o que e como deverá agir; a definição sobre / de quem deve planejar; o marco histórico-temporal-cultural daquilo que se planeja; e as condições do tempo presente para como se deve proceder ao planejamento. Assim, o planejamento tem que enfrentar problemas relativos: ao delineamento da realidade envolvente; à concepção de um plano capaz de delinear propostas objetivas e factíveis; a quem são os atores envolvidos; à adequação de seus métodos; e à avaliação constante.

Falamos aqui como se o planejamento existisse por si só. Pode parecer óbvio, porém por detrás dele há seres humanos, marcados pela realidade histórica e pelas circunstâncias presentes.

REALIDADE HISTÓRICA E CONTEMPORANEIDADE

A realidade histórica é delineada por via de uma análise situacional, que inclui o tempo, o lugar e a cultura, e como isso se abate sobre os sujeitos. Não basta apresentar um diagnóstico da realidade como aquele do médico que, diante dos sintomas, prescreve medicamentos. Se pensarmos acuradamente, mesmo o diagnóstico médico padece com erros: por vezes, uma disritmia cardíaca não é um problema do coração, porém um sintoma ligado ao estado psíquico do sujeito. Nesse sentido, não há uma explicação verdadeira e unívoca para os fenômenos; há, sim, hipóteses que precisam ser provadas ou não. Aqui se faz uma crítica ao positivismo e ao empirismo, heranças do século XIX, e que reverberam em nossas mentes e em nossas ações: há que se positivar tudo o que está em nosso entorno e rechaçar (e, por vezes, até demonizar) aquilo que o passado nos legou. Na tese 6 do ensaio Sobre o conceito de história, escrito em 1940, Walter Benjamin (1986a, p. 224-225) já anunciava:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-los ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um **perigo**. [...] O **perigo** ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o **perigo** é o mesmo: entregar-se às classes dominantes

como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E o inimigo não tem cessado de vencer. (Os destaques são nossos).

A expressão “perigo” é utilizada três vezes. E exatamente onde reside esse perigo? Em que pese a sedução exercida pelo materialismo histórico nas teses tecidas por Benjamin, o caráter messiânico subjaz a ele: o Messias, quando vier, não deverá ser somente o apaziguador; ele deverá ser também um lutador contra as forças que intentam aniquilar o ser humano. E essas forças estavam em ação quando Benjamin escreveu seus textos: elas não eram somente os estados totalitários em ascensão ou já no poder, como era o caso da Alemanha; era o esquecimento do passado, condicionando os sujeitos, nós seres humanos, a pensar que a felicidade era / é

[...] totalmente marcada pela época que nos foi atribuída pelo curso da nossa existência. A felicidade capaz de suscitar nossa inveja está toda, inteira, no ar que já respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído. (BENJAMIN, 1986a, p. 222-223).

Dito de outro modo, a felicidade está também no passado, naquilo de que nos esquecemos ou do que nos fizemos esquecer. Não nos cabe aqui discutir o conceito de felicidade. Pensemos nela, então, como uma situação de bem estar e que para assim o ser não deixa de lado o mal estar.

Na busca da felicidade aclamada por Benjamin e pensada como nós a propomos – como uma relação dialética entre bem estar e mal estar –, há que se detectar os problemas dos atores contemporâneos, em face de contradições histórico-sociais presentes. Nesse ponto, precisamos pensar o que é o contemporâneo, em uníssono com Giorgio Agamben.

A pergunta feita por Agamben (2009, p. 57): “o que significa ser contemporâneo?” já era uma preocupação, no século XIX, de Nietzsche. Ele detectara que o estado de contemporaneidade tem uma ligação

intrínseca com o tempo, sendo essa também uma das proposições do filósofo italiano:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (AGAMBEN, 2009, p. 58-59).

Por paradoxal que possa parecer, o sujeito contemporâneo, em seu estado de contemporaneidade, é uma imagem do não conformismo, da crítica, da polêmica e da inquietude, por não aderir inteiramente ao seu tempo e às suas exigências, mantendo, ao que nos parece, um olhar de soslaio para os escombros do passado, como o *Angelus Novus* de Paul Klee, eternizado por Benjamin em sua tese 9 sobre o conceito de história. Dizemos de soslaio, pois o olhar contemporâneo também está no presente, porém muito mais alerta para enxergar as sombras / o escuro do que as luzes. O escuro, segundo Agamben (2009, p. 63),

[...] não é uma forma de inércia ou de passividade, mas implica uma atividade e uma habilidade particular que [...] equivalem a neutralizar as luzes que provêm da época para descobrir as suas trevas, o seu escuro especial, que não é, no entanto, separável daquelas luzes.

Perceber, a um só tempo, a luz e a sombra é um estado inquietante e muitas vezes desalentador. Por isso, anteriormente, nos referimos à felicidade como a relação dialética entre bem estar e mal estar. Aqui, nossa leitura toma um rumo baseado nos estudos de cultura empreendidos por Freud em *O mal-estar na civilização*. Diante do progresso aferido pela humanidade nos séculos XIX e início do XX, Freud (1997, p. 39) percebeu que os homens passaram não somente a se orgulhar de seus feitos, mas também

[...] parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza, consecução de um anseio que remonta a milhares de anos, não

aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderiam esperar da vida e não os tornou mais felizes.

Isso não significa que estejamos — nem Freud estava — contra o progresso de qualquer ordem. O que queremos é perguntar, atualizando as indagações do psicanalista austríaco: poder contactar via *skype* o orientando que está longe; poder utilizar um projetor multimídia para mostrar obras expostas no Museu do Prado para nossos alunos brasileiros; poder ler obras inteiras em *e-books*; poder armazenar informações e mais informações e dispor delas quando for necessário em pequenos artefatos (os *pendrivers*), “Enfim, de que nos vale uma vida longa [e repleta de facilidades] se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças [e de sem sabor] que só a morte é por nós recebida como uma libertação?” (FREUD, 1997, p. 40). Enxergamos e expomos, portanto, o lado sombrio daquilo que se chama progresso e que, no mais das vezes, quer esquecer o passado. Isso é ser contemporâneo e essa percepção é a que nos interessa. Queremos ser um sujeito contemporâneo, que prioriza os problemas do presente, a fim de possibilitar-se o seu enfrentamento, porém sem apagar os rastros do passado, procurando não incorrer no empobrecimento das experiências². Voltando à questão do planejamento, planejar significa, então e também, a transformação das formas de pensar e de agir em sociedade, mas sempre olhando de soslaio, como o *Angelus Novus*.

NÃO EMPOBRECER A LITERATURA

Neste ponto, ingressamos com o tema “teoria da literatura”. Optamos por essa expressão em lugar de “teoria literária”, tendo por base as discussões empreendidas por Wolfgang Kayser na introdução de sua obra *Análise e interpretação da obra literária (introdução à ciência da literatura)* (1985).

² Neste ponto, fazemos uma alusão-homenagem ao ensaio *Experiência e pobreza*, de Walter Benjamin (1986b), uma chamada ao homem de como empobrecemos a cada dia quando abandonamos os bens do patrimônio cultural da humanidade em prol do esquecimento e, aqui, acrescentamos, do uso e da crença exacerbada na tecnologia.

Quando ingressamos em um curso de graduação ou de bacharelado em Letras, alguns de nós pensamos que nos aprofundaremos em temas caros às “emoções estéticas” (KAYSER, 1985, p. 3) e, quem sabe, teremos despertado o escritor / o poeta adormecido em nós. Começa aí uma das várias decepções que nos assolarão ao longo não somente do curso, mas também de toda uma carreira que abraça(re)mos.

Logo no primeiro ano do curso de Letras, deparamo-nos com disciplinas básicas para a compreensão, *grosso modo*, do que será nosso objeto de estudo: a linguagem. Teoria da Literatura, Linguística, Língua Portuguesa, Latim, Filologia Românica e Literatura Portuguesa passarão a ser ferramentas para o reconhecimento do que seja, no caso específico deste ensaio, um texto literário, uma vez que, como profissionais da área, nosso interesse não deve ser tão somente contemplativo ou de fruição. Temos, pois, um compromisso que nos solicita o conhecimento aprofundado daquilo que pretendemos ensinar. Porém, antes de tudo, está a leitura:

Todo o estudo teórico acerca da obra poética está inicialmente ao serviço da grande e difícil arte de saber ler. Só quem sabe ler bem uma obra está em condições de a fazer entender aos outros, isto é, de a interpretar acertadamente. E só quem é capaz de ler bem uma obra pode satisfazer as exigências inerentes à ciência da obra poética (KAYSER, 1985, p. 4).

Assim, para procedermos à leitura literária, não nos basta o entusiasmo ou o conhecimento da realidade empírica. É preciso considerar que o texto literário é “um conjunto estruturado de frases [...] portador dum conjunto estruturado de significados” (KAYSER, 1985, p. 6), tudo isso assente no uso da própria língua. Essa proposição pode parecer, à primeira vista, por demais estruturalizante, porém, nem tanto ao céu, nem tanto à terra: se o estruturalismo foi rechaçado por seus sucessores, dentre eles, os estudos culturais, em face do abuso de fórmulas que acabaram tornando-se verdadeiras panaceias, por outro lado, como interpretar um poema, um conto sem nos (a)pegarmos, inicialmente, às palavras e às construções erigidas por suas (des)uniões? Diante dessa indagação, podemos, com Kayser (1985, p. 7), afirmar que

a literatura apresenta “[...] a capacidade especial que a língua literária tem de provocar uma objectualidade *sui generis*, e o carácter estruturado do conjunto pelo qual o efeito ‘provocado’ se torna uma unidade”.

Utilizamos acima duas expressões das quais não podemos descuidar: “realidade empírica” e “estudos culturais”. Se Kayser não as cita, ao menos, não nos deixa esquecer de que “[...] existem certos problemas histórico-literários que levam necessariamente à inclusão de outros objectos ainda [nos estudos de literatura]” (1985, p. 9). O objeto central desses estudos é a obra literária, porém, há outras questões que orbitam no campo de atração da literatura. Pensemos, por exemplo, nas outras áreas do saber humano que são tematizadas pelo literário: a política, a filosofia, a história, a psicanálise, a geografia, para ficarmos somente nas ciências humanas. Basta lembrarmos que até hoje grandes poetas e críticos literários de valor são homens dedicados também a outras ciências: direito, política, filosofia, sociologia. Assim, a interseção da teoria da literatura a essas e a outras ciências é útil e produtiva, no entanto, há na ciência da literatura (expressão utilizada por Kayser) “[...] uma zona nuclear como objecto próprio, cuja investigação acurada constitui a sua principal tarefa” (KAYSER, 1985, p. 17). Esse objeto é o texto literário.

Em 2007, Todorov lançou *A literatura em perigo*, publicado no Brasil em 2009. É, a um só tempo, uma história de amor aos livros e ao ensino e um alerta para o grande sentido da literatura, que é dar voz às experiências humanas. Em nossa prática docente, percebemos que é preciso, sim, fazer referências ao material humano contido no texto literário. E como fazer isso? Todorov (2009, p. 78) responde que:

Lançando mão do uso evocativo das palavras, do recurso às histórias, aos exemplos e aos casos singulares, [assim] a obra literária produz um tremor de sentidos, abala nosso aparelho de interpretação simbólica, desperta nossa capacidade de associação e provoca um movimento cujas ondas de choque prosseguem por muito tempo depois do contato inicial.

Voltemos à carga com um acréscimo: e como fazer isso se nós, professores, não soubermos ou não atribuirmos a devida importância aos preceitos da teoria da literatura e, mais profundamente, da linguagem?

UM BREVE EXERCÍCIO ANALÍTICO

Propomos a seguir um exercício analítico, tendo como objeto um poema de Mia Couto e por opções teóricas vertentes específicas da crítica da literatura do século XX. Em tempo: no Brasil, o escritor moçambicano é mais conhecido por sua obra em prosa, porém em África e também em Portugal seus poemas começam a circular.

POEMA DIDÁTICO

Já tive um país pequeno,
tão pequeno
que andava descalço dentro de mim.
Um país tão magro
que no seu firmamento
não cabia senão uma estrela menina,
tão tímida e delicada
que só por dentro brilhava.

Eu tive um país
escrito sem maiúscula.
Não tinha fundos
para pagar a um herói.
Não tinha panos
para costurar bandeira.
Nem solenidade
para entoar um hino.

Mas tinha pão e esperança
para os viventes
e sonhos para os nascentes.

Eu tive um país pequeno,
tão pequeno
que não cabia no mundo (COUTO, 2011, p. 52-53).

Anunciamos, agora, que nossa análise tem como base as proposições de Jean Cohen em sua *Estrutura da linguagem poética* (1974) e os ensinamentos retóricos de Heinrich Lausberg em *Elementos de retórica literária*. Destacamos no poema de Mia Couto os níveis sugeridos por Cohen: fônico, semântico e de significado, tomando-os de modo relacional e retórico.

Vejam os versos, livres, estão distribuídos em 4 estrofes. A musicalidade é garantida pelo uso das rimas finais e internas e pela repetição de palavras. Na primeira estrofe, temos a apresentação do tema do poema, com a sugestiva repetição de “país” e de “pequeno”, palavras que voltarão na última estrofe. Se por um lado, ambas dão a dimensão da aparente pobreza do lugar, que também “andava descalço” e era “magro”, por outro, esse país era uma “estrela menina”, “tímida e delicada” – percebe-se a rima interna – isto é, uma criança-mulher que dentro de si sabia que não era apenas o que parecia e que se era uma menina um dia poderia crescer. E tudo isso é claro para o poeta, tão caro e claro que na última estrofe o “país pequeno / tão pequeno” podia não caber no mundo, mas cabia (implicitamente) no seu coração. O poema abre-se e fecha-se com a obstinação infantil de saber-se pequeno, porém saber-se capaz de crescer, de brilhar, de sonhar.

Ainda na primeira estrofe, há a metáfora do “firmamento” que encobre esse país ainda noturno, mas não numa noite fechada e escura, porém iluminada pela “estrela menina” que brilha por dentro, ainda que timidamente, como que aguardando a intensidade de um céu repleto de outras estrelas.

Na segunda estrofe, o país decai / cai do “firmamento” e desce à sua condição mais terrena, numa premissa que, à primeira vista, poderia ser a maior, mas é lida por nós como a menor: “sem maiúscula” no nome, sem “fundos”, sem “panos” ou “solenidade” para enaltecer a si e a seus heróis. É a terra no rés do chão, no pauperismo da condição humana de imaginar que o ter é o poder; que heróis, bandeiras ou hinos constroem uma nação e trazem a ela um lugar ao sol, o sol da prosperidade do ter e não do ser. A repetição cíclica da expressão “Não tinha” para “fundos” e “panos” serve para deter o fluxo “[...] da informação e [dar] tempo para que se ‘saboreie’ afectivamente a informação apresentada como

importante” (LAUSBERG, 1993, p. 166). A afetividade “saboreada” na segunda estrofe o será com maior intensidade na última estrofe nos versos: “Eu tive um país pequeno / tão pequeno”.

A terceira estrofe abre-se com uma conjunção adversativa, “mas”. Inicia-se, pois, a premissa maior do poema: o lugar é pequeno, magro, com uma estrela menina, porém nele não faltava “pão”, “esperança” e “sonhos” para os “viventes” e os “nascentes”, esse último par em estado de rima final. É a prova de que o país do poeta não está inserido tão somente em um espaço físico, mas sobretudo em um lugar afetivo, o que amplifica sua importância.

Seguindo a lição de Lausberg (1993, p. 219-221) e baseados nos elementos materiais do texto, podemos dizer que o poema de Mia Couto configura-se, retoricamente, como um entimema, ou seja, a redução de um silogismo. O entimema em questão refere-se ao conceito de pátria, expressão ocultada no poema, porém, que parece o tempo todo perseguir o leitor mais avisado. Por ser um poema, as provas foram reduzidas àquelas que aparecem materialmente em um continente espoliado (magreza, falta de recursos financeiros e opacidade diante do mundo) e àquelas que são sentidas, mas não aparecem (a beleza da natureza / do firmamento e a pequena grandiosidade da generosidade humana no compartilhar do pouco que se tem). Essa redução amplifica o pensamento principal, qual seja, que a pátria está em nós e não nós nela. É um “poema didático”, como explicitado pelo título, que nos ensina o que é a pertença a um lugar, numa conexão íntima e que ninguém, nenhum algoz, pode nos retirar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que sob o risco de sermos chamados de antiquados, tendo em vista especialmente nossas opções teóricas para a análise do texto literário, há disciplinas que não podem ser destratadas ou maltratadas no ensino das Letras. Entre elas, está a teoria da literatura. Cremos que há em torno dela insegurança, desorientação e desconhecimento por parte tanto de professores quanto de alunos. Sabemos que esta é uma observação perigosa no sentido usado por Benjamin em sua tese 6 sobre o conceito de história e já referido neste ensaio. Porém, é também um

alerta para que pensemos: que espécie de leitores literários queremos formar em nossos cursos e em nossas vidas para além da academia?

Precisamos compreender que o curso de Letras é um construto relacional, capacitado a oferecer instrumental teórico suficiente para a produção de sentidos não somente para textos literários, mas também para o próprio processo ensino-aprendizagem. Muitos dos problemas que afligem a leitura literária residem nos conteúdos aplicados (ou não) nas salas de aula dos cursos de graduação e na ausência de correlação entre esses conteúdos. Se queremos produzir saberes e sabores, é necessário que haja reflexão, problematização e investigação, isso sob a condução de um planejamento ao modo como exposto neste ensaio.

Chamamos a atenção para que em nenhum momento de nossa breve análise literária aludimos a Moçambique, ao processo de descolonização, às guerras fratricidas ou à ação política do intelectual Mia Couto. Tudo isso pode ser encontrado por um leitor médio, com um mínimo de conhecimentos sobre o processo de independência, na década de 1970, dos países africanos sob o domínio português, sem que um professor de Letras, versado em teoria da literatura, precise guiá-lo. Porém, não nos esqueçamos de que se trata de um texto literário, especificamente, de um poema. Portanto, ainda é preciso a intervenção de um professor de Letras, versado em teoria da literatura, para apresentar os sentidos poéticos e humanos possíveis do que vai no texto.

THE LACK OF LITERATURE

Abstract: In this essay, we demonstrate that ‘planning’ also means ‘transforming ways of thinking and acting in society’, in this case aiming to consider the importance of literary theory for studies of Languages and Literature. Therefore, we will use some categories arising from Freud – the bad feeling –, Walter Benjamin – history, experience and impoverishment – and also from Giorgio Agamben (and his *benjaminian* view of what is contemporary). Furthermore, we defend an analytical view, based on the propositions of Wolfgang Kayser, without opting to an attitude of ‘unquestionability’ with what is away from the literary axis – since it is possible to state that other sciences can (and must) help us to develop our analytical-critical characteristics. We have also opted, in

order to exemplify our hipotesis, to elaborate an exercise of literary analysis, presenting a poem written by Mia Couto. In this analysis, based on rhetorical concepts and on structuralism, the observations of Jean Cohen and Heinrich Lausberg are extremely contributory.

Keywords: Literary theory; Experience; Contemporary; Structuralism; Rhetoric.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? In: _____. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986a. p. 114-119. (V. 1).

_____. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b. p. 222-232. (V. 1).

COHEN, Jean. *Estrutura da linguagem poética*. Tradução Álvaro Lorencini e Anne Arnichand. São Paulo: Cultrix; Editora da USP, 1974.

COUTO, Mia. *Tradutor de chuvas*. Alfragide: Editorial Caminho, 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária (introdução à ciência da literatura)*. 7. ed. portuguesa traduzida e revista por Paulo Quintela. Coimbra: Arménio Amado, 1985.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Tradução R. M. Rosado Fernandes. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

SÁ, Antonio Lopes de. *Dicionário de Contabilidade*. 8. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1994.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Tradução Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.